RELATÓRIO DE POLÍTICA MONETÁRIA

(ao abrigo do nº 3 do art.º 18.º da Lei Orgânica do BCV)

Abril de 2020

Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO DE POLÍTICA MONETÁRIA

(ao abrigo do n.º 3 do art.º 18º da Lei Orgânica)

Banco de Cabo Verde

Abril 2020

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27

CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde

Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197

http://www.bcv.cv

Índice

Sumário Executivo 4

I. Estado da Economia de Cabo Verde em 2019 6

1. Enquadramento Externo da Economia Cabo-Verdiana 7

2. Oferta e Procura 11

3. Inflação 14

4. Contas Externas 16

5. Situação Monetária e Financeira 19

6. Finanças Públicas 21

II. Perspetivas de Evolução da Economia no Curto Prazo 24

7. Hipóteses de Enquadramento das Projeções 25

8. Projeção dos Principais Indicadores Económicos e Financeiros 29

9. Política Monetária para os Próximos Meses 33

III. Anexo Estatístico 35

Sumário Executivo[1]

O contexto externo, marcado pela contínua melhoria dos mercados de trabalho, pela redução da inflação dos principais parceiros do país, bem como pelo afrouxamento da sua política monetária, beneficiou a economia nacional em 2019. A envolvente externa contribuiu, com efeito, para o sólido aumento da procura turística e das remessas dos emigrantes, assim como para a diminuição da fatura das importações nacionais, e incentivou a realização de investimentos no país.

O produto interno bruto em volume, neste quadro, cresceu 5,7 por cento, de acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), sustentado, sobretudo, nas dinâmicas das exportações líquidas e do consumo privado. Do lado da oferta, o crescimento económico foi, em larga medida, impulsionado pelos desempenhos da administração pública, da construção e dos transportes. Em 2018, de acordo com as estimativas revistas pelo INE, o produto interno bruto em volume cresceu 4,5 por cento.

A inflação média anual reduziu de 1,3 para 1,1 por cento, em resultado da diminuição da inflação importada, que compensou algum aumento dos preços devido a pressões da procura.

As contas externas, por seu turno, registaram um desempenho sem precedentes na história recente do país. O défice da balança corrente caiu de 5,0 para 0,2 por cento do PIB, reflexo do aumento das exportações de serviços, das remessas dos emigrantes e dos donativos. A melhoria da balança corrente foi determinante para o aumento do *stock* das reservas internacionais líquidas em 133 milhões de euros. A 31 de dezembro, o *stock* das reservas oficiais do país fixava-se em 661 milhões de euros (72.913 milhões de escudos), permitindo garantir 6,9 meses das importações de bens e serviços.

Os desenvolvimentos nas contas externas, que resultaram no aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior na ordem dos 25 por cento, e o crescimento do crédito à economia em 3,9 por cento determinaram a expansão da massa monetária na ordem dos oito por cento. Em 2018, o agregado M2 cresceu 1,7 por cento.

O défice das contas públicas, por seu turno, reduziu de 2,7 para 1,8 por cento do PIB, em resultado do aumento excecional dos donativos e da contração do investimento público. O *stock* da dívida pública excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF), entretanto, aumentou cinco por cento, para 243.392 milhões de escudos, passando a representar 125 por cento do PIB (126 por cento do PIB em 2018). Incluindo os TCMF, o *stock* da dívida pública fixou-se, em 2019, em 131 por cento do PIB, menos um ponto percentual que em 2018.

O ciclo de crescimento da economia nacional dos últimos anos deverá ser, no entanto, invertido pelos não antecipados e ainda incertos impactos da pandemia de Covid-19. A par das consequências diretas na saúde e no rendimento do trabalho dos afetados, as medidas de contenção da propagação adotadas

[1] O Relatório foi elaborado com base em estatísticas e indicadores disponíveis a 16 de abril de 2020.

a nível mundial, desde o alastramento da epidemia, que iniciou na China, à Europa e demais continentes, deverão resultar, à escala global e nacional, num choque simultâneo da oferta (devido à disrupção de cadeias de produção e canais de distribuição) e da procura (que deverá afetar desproporcionalmente os sectores do turismo e dos transporte, bem como os serviços culturais e de lazer).

As medidas sanitárias de contingência, aliadas às medidas orçamentais, monetárias e prudenciais, no entanto, adotadas pelo país, deverão mitigar, em certa medida, o efeito do choque exógeno na economia nacional. O efeito seria ainda atenuado com o controle da propagação do vírus SARS-CoV-2 no decurso do segundo trimestre, com a descoberta de uma terapêutica para a doença nos próximos meses e com alguma restauração da confiança dos agentes económicos no terceiro trimestre. Num quadro de incertezas sobre a evolução do enquadramento externo e do contexto sanitário e macroeconómico interno ímpar, a atividade económica poderá contrair pelo menos quatro por cento.

Numa conjuntura em que as expectativas de evolução da inflação e das contas externas, no curto prazo, não sugerem um risco iminente e grave para a estabilidade nominal e para o regime cambial do país, as medidas de política monetária implementadas a 1 de abril, que compreendem a redução das taxas de referência do banco central e do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa para mínimos históricos, assim como a criação de uma facilidade de liquidez aos bancos com maturidade superior a um ano, assumem um carácter excecionalmente acomodatício.

Ciente do aumento dos riscos à estabilidade macrofinanceira do país no curto e médio prazos, decorrentes da pandemia de Covid-19 e das medidas de atenuação do seu efeito, a autoridade monetária e supervisora do sistema financeiro nacional, atenta aos desenvolvimentos internos e internacionais, reforça, nos próximos meses, a sua capacidade de monitorização e mitigação atempada dos mesmos.

Quadro 1: Indicadores Económicos Selecionados

	Unidade	2017	2018[E]	2019[E]	2020[P]		
					out-19	abr-20	
						Central	Adverso
Sector Real							
PIB real	variação em %	3,7	4,5	5,7	5,0	-4,0	-6,1
Sector Externo							
Défice Corrente	em % do PIB	7,8	5,0	0,2	4,7	10,6	13,1
RIL/Importações	meses	5,9	5,6	6,9	5,7	7,4	6,3
Sector Monetário							
Índice de Preços no Consumidor	v.m.a. em %	0,8	1,3	1,1	1,3	0,9	1,2
Ativo Externo Líquido	variação em %	2,3	-6,5	24,8	8,9	-15,0	-28,5
Crédito à Economia	variação em %	7,5	2,8	3,9	4,4	4,7	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.
Nota: E – Estimativas; P – Projeções; v.m.a. – Variação média anual.

Estado da Economia em 2019

1. Enquadramento Externo da Economia Cabo-Verdiana

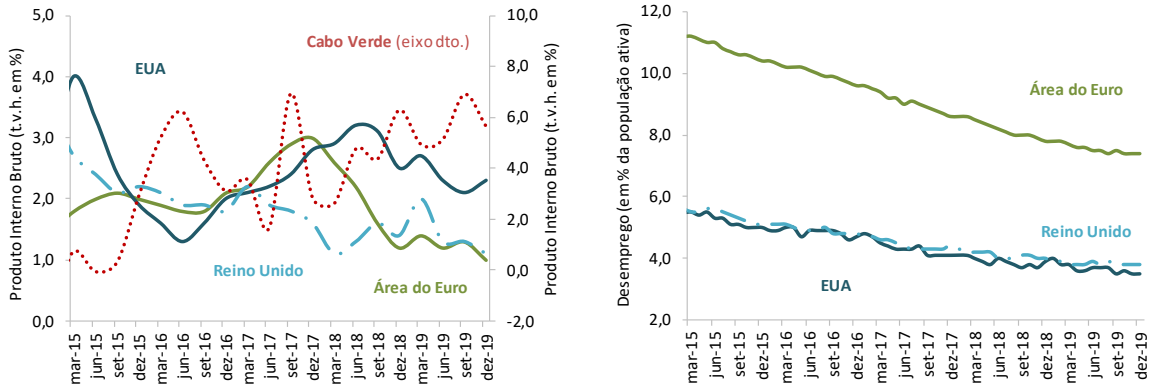
De acordo com as estimativas oficiais, as economias da Área do Euro e dos EUA registaram, em 2019, um desempenho aquém do observado no ano anterior, crescendo, em volume, respetivamente, 1,2 e 2,3 por cento (o que compara às taxas de crescimento de 1,9 e 2,9 por cento de 2018).

A *performance* menos conseguida do principal parceiro económico do país, a Área do Euro, refletiu, em conformidade com as estimativas preliminares, a moderação das exportações e do consumo privado, em resultado da contração da produção industrial e das exportações de manufaturas.

Os impactos, em dissipação contudo, da adaptação do sector automobilístico aos novos *standards* de emissão de CO2, assim como as incertezas geradas pelo longo processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a par dos efeitos na confiança dos empresários e consumidores das tensões comerciais e tecnológicas entre os EUA e a China, explicam, em larga medida, o enfraquecimento do sector industrial e da atividade económica em geral na Área do Euro, em 2019.[2] As greves, os protestos e as incertezas políticas também afetaram negativamente a confiança e as decisões dos agentes económicos da região, particularmente no primeiro semestre.

A moderação da atividade económica dos EUA, outro importante parceiro económico do país, está sobretudo relacionada aos efeitos da sua política comercial. Apesar dos incentivos orçamentais, resultantes da reforma tributária aprovada em 2017, a dinâmica da formação bruta de capital fixo, das exportações e do consumo privado ressentiu-se das consequências diretas, na cadeia de produção e distribuição, e indiretas, na confiança dos agentes económicos, da política de subida de tarifas

Figura 1: Produto Interno Bruto e Desemprego nos Principais Parceiros Económicos do País



Fonte: Eurostat; US Department of Labor; Officer for National Statistic e Instituto Nacional de Estatística.
Nota: t.v.h. – taxa de variação homóloga.

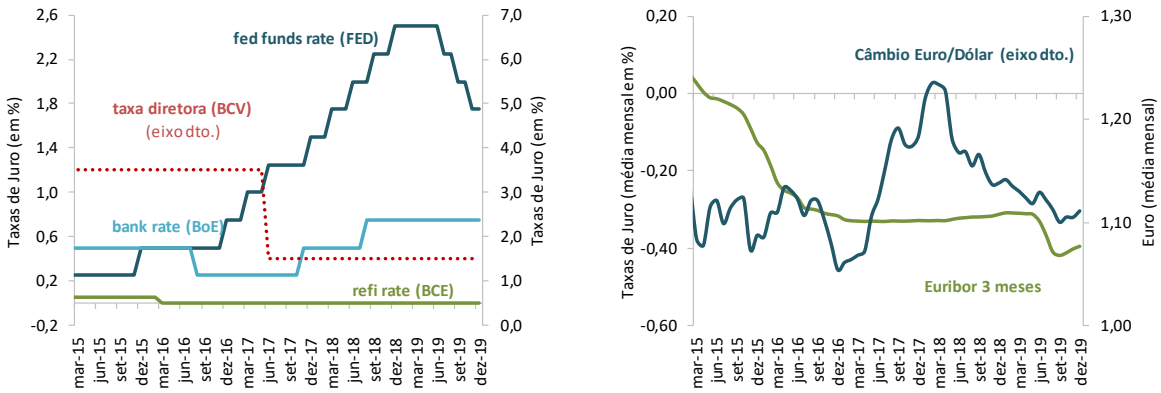
[2] A eliminação de incentivos fiscais na aquisição de automóveis por parte da China também terá contribuído para a contínua contração do valor acrescentado e exportações do sector automobilístico europeu. De referir que a indústria automobilística é, em termos globais, uma das maiores consumidoras de matérias-primas e serviços e a sua exportação representa cerca de seis por cento das exportações mundiais, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

aduaneiras sobretudo sobre as importações de bens intermédios tecnológicos da China (e consequentes retaliações do país asiático), adotada e anunciada pelo governo dos EUA ao longo de 2019.[3]

O crescimento da economia do principal mercado turístico nacional, o Reino Unido, contudo, acelerou, ligeiramente, de 1,3 para 1,4 por cento, em 2019. O melhor desempenho sustentou-se em estímulos orçamentais, no fortalecimento das exportações e nalguma recuperação da formação bruta de capital fixo, não obstante os sucessivos insucessos, ao longo do ano, na viabilização política do *Brexit* e na sua negociação com a União Europeia.[4] [5]

As condições do mercado de trabalho dos principais parceiros do país continuaram a melhorar, entretanto. As taxas de desemprego na Área do Euro, no Reino Unido e nos EUA fixaram-se, respetivamente, em 7,5, 3,8 e 3,5 por cento em dezembro de 2019, valores inferiores aos registados em período homólogo de 2018 em 0,4, 0,2 e 0,4 pontos percentuais. A redução consistente da população desempregada, para níveis historicamente baixos, acompanhada de um contínuo aumento da oferta de trabalho, particularmente no sector dos serviços, pressionou em sentido ascendente os salários, que registaram, em 2019, aumentos médios anuais de 3,5 por cento nos EUA e no Reino Unido e de 2,6 por cento na Área do Euro. Em 2018, os salários dos EUA, do Reino Unido e da Área do Euro cresceram em termos médios anuais 3,1, 2,9 e 2,1 por cento, respetivamente.

Figura 2: Taxas de Juro de Referência dos Principais Parceiros e Taxa Euribor e de Câmbio EUR/USD



Fonte: Eurostat; Federal Reserve; Bank of England; Banco de Cabo Verde e Bloomberg.

[3] No quadro da reforma tributária, a administração federal dos EUA: reduziu a taxa imposto sobre o rendimento das empresas de 35 para 21 por cento; baixou de 35,0 para 15,5 e 8,0 por cento, respetivamente, os impostos arrecadados sobre o repatriamento de lucros de empresas expatriadas convertidos em reservas e reinvestidos; e reduziu a taxa de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares em média em três pontos percentuais.

[4] Entre outras as medidas, a autoridade tributária do Reino Unido adotou um regime tributário mais competitivo para as empresas, incentivos adicionais a pequenos investimentos e reduziu as taxas de imposto sobre combustíveis e bebidas.

[5] A saída do Reino Unido da União Europeia esteve agendada para 29 março de 2019, foi posteriormente adiada para 31 de outubro do mesmo ano, mas só foi efetivada a 31 de janeiro de 2020. Um acordo de *Brexit* não disruptivo só foi conseguido em dezembro passado, após a realização de eleições antecipadas, que reforçaram a força política britânica a favor da saída do Reino Unido da União Europeia.

A par das condições no mercado de trabalho, o afrouxamento monetário dos principais parceiros no segundo semestre contribuiu para conter, em alguma medida, o perfil descendente da confiança dos agentes nos últimos meses do ano.

De notar que a orientação mais acomodatícia do Federal Reserve dos EUA, anunciada no início de 2019, traduziu-se em três momentos de redução das *fed funds rate,* de um intervalo de 2,25-2,50 em julho para o intervalo 1,50-1,75 por cento em outubro passado.

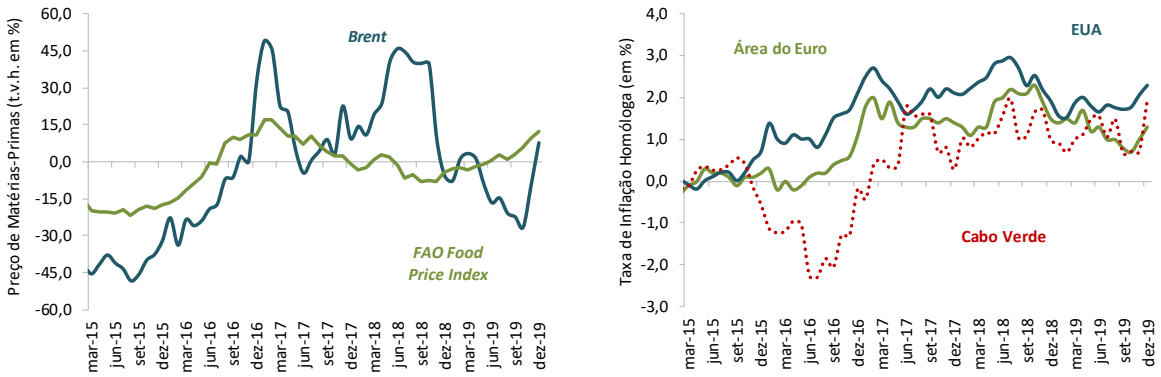
O Banco Central Europeu (BCE), por seu turno, reduziu em setembro passado a taxa das facilidades permanentes de depósito para -0,5 por cento e deu início a operações direcionadas de refinanciamento de prazo alargado, com o objetivo de aumentar a liquidez e incentivar o financiamento a empresas e famílias. Posteriormente, em novembro, o BCE iniciou um programa de aquisições líquidas de títulos, no montante de 20 mil milhões de euros por mês e facilitou as condições de acesso ao *Target Long-Term Refinancing Operation III*, reduzindo a sua taxa de juro para o valor da taxa das facilidades de depósito e alargando a sua maturidade para três anos.

O Banco de Inglaterra, entretanto, manteve as suas taxas de referência inalteradas e deu continuidade ao programa *Asset Purchase Facility,* que consiste na compra de dívida pública (até 435 mil milhões de libra) e obrigações empresariais (até 10 mil milhões de libra).

O contexto de redução da inflação possibilitou a orientação acomodatícia dos bancos centrais dos parceiros do país. Com efeito, acompanhando o perfil dos preços das matérias-primas, as pressões inflacionistas, em particular na Área do Euro e no Reino Unido, reduziram ao longo do ano. Em termos médios anuais, as taxas de inflação na Área do Euro, nos EUA e no Reino Unido fixaram-se, respetivamente, em 1,2, 1,8 e 1,8 por cento em dezembro de 2019, o que compara aos valores de 1,8, 2,4 e 2,5 por cento de dezembro de 2018.

O preço do petróleo baixou 10,2 por cento em 2019, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário

Figura 3: Preços das Matérias-primas nos Mercados Internacionais e Preços no Consumidor dos EUA, Área do Euro e Cabo Verde



Fonte: FAO; Bloomberg; Eurostat; US Department of Labor e Instituto Nacional de Estatística.
Nota: t.v.h. – taxa de variação homóloga.

Internacional (FMI), depois de ter aumentado 29,4 por cento em 2018. De notar que o preço do barril de brent, petróleo de referência para Cabo Verde, diminuiu em termos médios anuais 9,2 por cento em 2019, o que compara ao crescimento de 24,6 por cento do ano anterior. A moderação da procura, em resultado da redução da produção industrial mundial, justificou a evolução do preço do petróleo no ano passado, num contexto de redução da oferta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Rússia.

O preço das matérias-primas agrícolas, contudo, aumentou 1,8 por cento em 2019, em função da moderação da oferta de carne, produtos lácteos e açúcar, acompanhada do fortalecimento da procura mundial no segundo semestre do ano (sobretudo da China).

No mercado monetário da Área do Euro - mercado de maior relevância para Cabo Verde - as taxas de juro Euribor a três, seis e doze meses reduziram para mínimos históricos de -0,40, -0,33 e -0,26 por cento, respetivamente, em dezembro de 2019, alargando o diferencial positivo das taxas de juro do país face às da Área do Euro e incentivando, potencialmente, os investimentos no país. No mesmo sentido, no mercado cambial, o EUR depreciou 1,7 por cento em termos efetivos nominais e 2,4 por cento face ao dólar dos EUA no ano passado, favorecendo a competitividade-preço do país, também suportada por um diferencial negativo da inflação nacional face à inflação da Área do Euro.

2. Oferta e Procura

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o produto interno bruto em volume cresceu 5,7 por cento em 2019, ritmo mais acelerado desde 2008. Em 2018, o PIB em volume cresceu 4,5 por cento, de acordo com as estimativas revisitadas pelo órgão produtor oficial de estatísticas oficiais.

O melhor desempenho da atividade económica ficou a dever-se, do lado da oferta, em larga medida, ao aumento sustentado do contributo dos serviços não mercantis (atividades administrativas, de educação e formação, bem como de saúde e ação social da administração pública) e da construção, bem como à significativa recuperação do valor acrescentado bruto dos transportes.

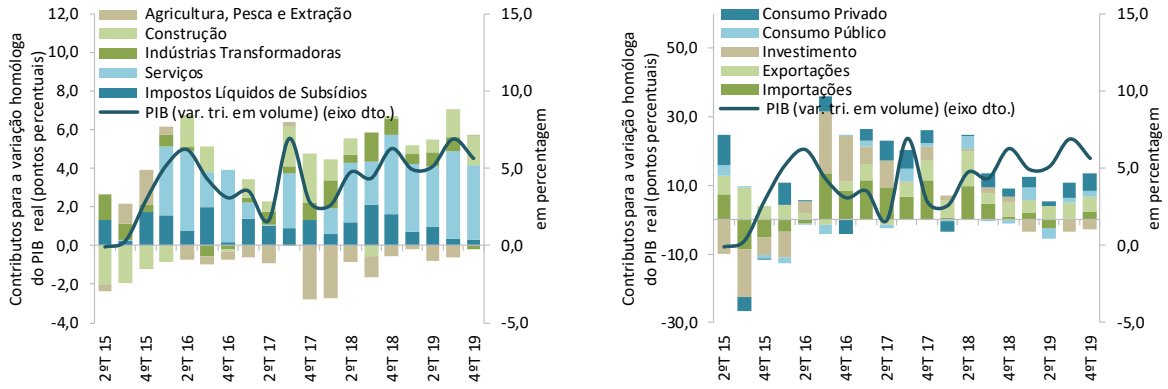
Os ramos de telecomunicações e correios e de serviços às empresas continuaram a condicionar o desempenho da economia, com as suas *performances* negativas, associadas a desafios operacionais. O contributo das pescas para o crescimento foi também negativo em 2019, refletindo, em boa medida, a dinâmica da procura externa, concentrada sobretudo no mercado espanhol.

O contributo positivo da indústria transformadora para o crescimento do PIB também reduziu. A atividade do sector foi condicionada, de acordo com os resultados dos inquéritos de conjuntura aos agentes económicos do INE, por frequentes avarias mecânicas, por algum défice na qualidade da mão-de-obra e absentismo do pessoal e, em certa medida, por alguma rutura do *stock* de matérias-primas.

Do lado da procura, o crescimento registado em 2019 ficou a dever-se, sobretudo, ao significativo aumento das exportações líquidas e do consumo privado. A dinâmica das exportações de serviços de transporte aéreo e de viagens, num contexto de crescimento comedido das importações, explica o fortalecimento das exportações líquidas.

O desempenho do consumo privado, por seu turno, terá traduzido o aumento do rendimento disponível bruto das famílias, impulsionado pelo crescimento das transferências internas (do valor da

Figura 4: Contributos para o Crescimento Económico



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

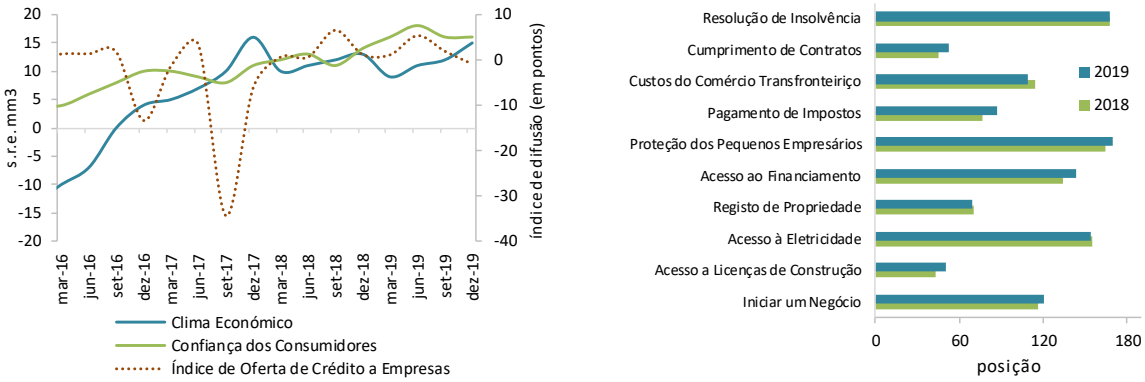
pensão social mínima e do número de beneficiários) e externas (das remessas dos emigrantes), bem como, em alguma medida, pelo aumento do salário mínimo e atualização salarial (do pessoal do quadro comum da administração pública, assim como de algumas empresas públicas e privadas), numa conjuntura de aumento da taxa de ocupação da população ativa (de 48,9 por cento em 2018 para 50,9 por cento no primeiro semestre de 2019, de acordo com as estatísticas disponíveis do mercado de trabalho).[6]

O fortalecimento da confiança dos consumidores, associado à avaliação positiva da sua situação financeira e perspetivas de emprego, assim como da situação da economia, também terá contribuído para o aumento do consumo privado.

Igualmente, a melhoria do sentimento dos empresários e das condições de financiamento de investimentos terá favorecido o desempenho da economia, apesar da retração dos investimentos, que terá ficado a dever-se, em boa medida, à redução das existências e do investimento público. Com efeito, o indicador de clima económico continuou a melhorar, suportado pelo fortalecimento da confiança dos empresários do sector de turismo, transporte e construção, por um lado. No mercado de crédito, por outro, os critérios de aprovação de empréstimos foram afrouxados muito ligeiramente, com o aumento das pressões da concorrência.

As iniciativas governamentais para reforçar o ecossistema de financiamento (em particular a bonificação de juros e a co-garantia de empréstimos a micro e pequenas empresas e a *startups*) terão igualmente contribuído, em alguma medida, para a facilitação do financiamento de investimentos em projetos produtivos.[7] Entretanto, os custos de eficiência (conforme sugere o agravamento do *scoring*

Figura 5: Indicadores de Confiança e Constrangimentos à Realização de Negócios (*ranking* em 190 países)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco Mundial e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: (1) O índice de difusão de oferta de crédito às empresas agrega as respostas dos bancos ao Inquérito sobre o Mercado de Crédito, ponderadas pela sua quota de mercado, assumindo valores entre -100 e 100. Valores entre 0 e +/- 50 representam um ligeiro aumento/redução da sua perspetiva de oferta, enquanto valores entre +/-50 e +/-100 representam um aumento/redução considerável da sua perspetiva de oferta.

[6] De acordo com as informações preliminares referentes ao primeiro semestre, o aumento da população empregada, em 5,8 por cento, beneficiou especialmente os homens, residentes no meio urbano, na faixa etária de 25 a 34 anos, com habilitações de ensino secundário.

[7] No quadro do Protocolo do Ecossistema, foram financiados 142 projetos em 2019, no montante total de 659,4 milhões de

do país no Inquérito *Doing Business* do Banco Mundial) e de contexto (relacionados, em boa parte, à fragmentação territorial e ao mercado reduzido), terão continuado a condicionar o almejado desenvolvimento do sector privado e a atrasar a desejada transformação estrutural da economia nacional.

escudos, à taxa média de juros de 7,1 por cento. Em 2018, ano da assinatura do Protocolo entre o governo central e os bancos, tinham sido financiados 38 projetos (213,6 milhões de escudos) à taxa média de 7,3 por cento.

3. Inflação

A inflação média anual fixou-se em 1,1 por cento em dezembro de 2019, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, valor inferior ao registado em dezembro de 2018 em 0,2 pontos percentuais. A inflação homóloga, contudo, atingiu, em dezembro passado, o valor mais elevado desde abril de 2013, 1,9 por cento.

A evolução da inflação média anual ao longo do ano passado traduziu, por um lado, o perfil ascendente dos preços de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, restaurantes e hotéis e vestuário e calçado, compensado, por outro lado, pela redução dos preços de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis e de transportes.

O fortalecimento da procura (efeito do aumento do rendimento disponível bruto das famílias, da melhoria da confiança dos consumidores e do crescimento da procura turística), o agravamento das taxas de impostos sobre refrigerantes e sumos (além de tabaco e aguardente), bem como a limitada produção agrícola, explicam a tendência de aumento de pressões inflacionistas, que, entretanto, foram atenuadas pela redução da inflação importada, efeito direto e indireto da redução do preço de matérias-primas energéticas nos mercados internacionais.

De notar que o aumento da inflação dos bens alimentares foi, sobretudo, impulsionado pelo crescimento dos preços de hortícolas (em 5,4 por cento em termos homólogos) e frutas (7,1 por cento), enquanto a redução do índice de preços energético refletiu a diminuição dos preços administrados de

Quadro 2: Índice de Preços no Consumidor

	2017	2018	2019	2019			
				Mar	Jun	Set	Dez
Índice de Preços no Consumidor							
Taxa de variação homóloga	0,3	1,0	1,9	1,0	1,5	0,7	1,9
Taxa de variação média dos últimos 12 meses	0,8	1,3	1,1	1,2	1,3	1,2	1,1
Principais Agregados do IPC (t.v.h.)							
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	-0,2	0,4	1,4	-0,7	2,5	1,5	4,3
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	1,9	1,7	5,5	3,5	7,1	6,9	7,2
Vestuário e calçado	1,4	-1,3	1,3	-0,9	-0,8	3,7	3,6
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	1,6	2,4	0,3	2,6	1,1	-2,2	-0,1
Acessórios, equip. doméstico e manutenção corrente da hab.	0,5	1,2	0,0	0,3	0,6	0,1	-0,2
Saúde	2,9	1,9	2,2	1,4	1,8	2,2	3,7
Transportes	1,7	4,0	0,1	3,3	-1,4	-2,0	0,3
Comunicações	0,0	0,2	-0,2	-0,3	-0,4	0,0	-0,3
Lazer, recreação e cultura	1,7	1,4	0,9	0,7	2,0	0,5	0,5
Ensino	1,8	2,0	0,1	-0,1	-0,1	0,3	0,0
Restaurantes e hotéis	0,7	1,3	6,6	5,5	6,9	7,0	8,0
Bens e serviços diversos	2,3	1,9	1,8	1,4	2,0	3,1	1,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Nota: Os valores dos principais agregados do IPC referentes aos anos 2017, 2018 e 2019 correspondem à sua taxa de variação da média anual; t.v.h. – taxa de variação homóloga.

gás butano, gasolina, gasóleo e de fornecimento da eletricidade, em termos médios anuais, em 6,9, 2,7, 1,7 e 1,8 por cento, respetivamente. Em 2018, os preços da gasolina, do gasóleo e da eletricidade cresceram, respetivamente, 10,4, 12,4 e 2,6 por cento, enquanto o preço do gás reduziu 1,3 por cento.

A taxa de variação média anual da inflação subjacente, que expurga a tendência dos preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados, situou-se em 1,0 por cento em dezembro de 2019, reduzindo 0,1 pontos percentuais face a dezembro de 2018. A evolução da inflação subjacente quando comparada com a tendência da inflação *headline*, indicia, por um lado, alguma intensificação de pressões da procura e, por outro, que a inflação global continua, em larga medida, determinada pela evolução das componentes mais voláteis do índice de preços no consumidor.

4. Contas Externas

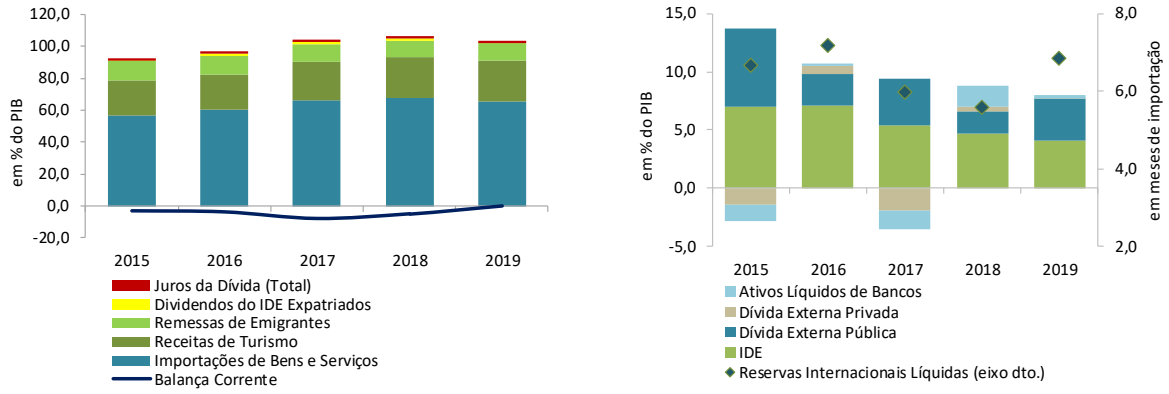
As contas externas registaram um saldo positivo de 133 milhões de euros em 2019, determinando um aumento do *stock* das reservas internacionais líquidas do país para 661 milhões de euros (correspondente a 6,9 meses de importações de bens e serviços).

A melhoria da balança corrente, reflexo sobretudo do aumento das exportações de serviços e das transferências dos emigrantes e oficiais, numa conjuntura de redução dos preços das mercadorias importadas, explica o desempenho das contas externas em 2019.

Com efeito, o excedente da balança de serviços cresceu 26 por cento em 2019, impulsionado pela expansão das exportações de transporte aéreo (em 37 por cento) e de viagens (oito por cento), associadas, por um lado, aos resultados da política comercial da companhia aérea nacional, dissipados os efeitos das irregularidades operacionais ocorridas no segundo semestre de 2018, e, por outro, à dinâmica da procura turística e de eventos desportivos e políticos regionais realizados no país.[8]

As remessas dos emigrantes cresceram cerca de sete por cento em 2019, o que compara ao crescimento de três por cento de 2018. A evolução das remessas é sobretudo explicada pelo crescimento das transferências em divisas dos EUA (em 18,6 por cento), da França (10,5 por cento) e de Portugal (6,7 por cento), países que acolhem a maioria dos emigrantes cabo-verdianos e cujos mercados de trabalho registaram melhorias consistentes nos últimos anos. A apreciação do USD face ao EUR e o contexto de mais um ano de seca terá também contribuído para o aumento das remessas.[9]

Figura 6: Balança Corrente e Balança Financeira



Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: No gráfico foram apenas destacadas as *performances* de algumas rubricas da balança de pagamentos.

[8] O aumento dos preços dos hotéis e restaurantes explica igualmente, mas em menor escala, o aumento das receitas de viagens em 2019.

[9] Estudos elaborados pelo Banco de Cabo Verde (*staff papers* a serem publicados), Banco de Luxemburgo (Weber, 2005) e Fundo Monetário Internacional (Karpowicz, 2006) concluem que a evolução das remessas dos emigrantes cabo-verdianos é, em larga medida, determinada por motivações altruístas, ou seja, intenção de apoiar os familiares e o país em conjuntura de dificuldades.

Os donativos aos governos centrais e locais, por seu turno, cresceram cerca de 26 por cento em 2019, recuperando de uma queda de 19 por cento, em larga medida resultado da duplicação da ajuda orçamental da União Europeia.

A balança de rendimento primário também contribuiu positivamente para a melhoria da balança corrente no ano passado, ao registar uma redução dos juros pagos pelos bancos por seus passivos externos (maioritariamente constituídos por depósitos dos emigrantes, cuja remuneração vem continuamente a reduzir) e um aumento da rendibilidade das reservas internacionais líquidas, numa conjuntura de reforço, pelo banco central, de investimentos em títulos governamentais, em EUR e USD, e em depósitos a prazo, em USD.[10]

Contudo, a balança de bens deteriorou-se, comparativamente a 2018, pese embora o abrandamento do ritmo de crescimento das importações de bens de 8,5 para 2,3 por cento. A redução das exportações de mercadorias (pescado, principalmente) na ordem dos 13 por cento (o que compara ao aumento de 44 por cento em 2018) e a moderação das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos do país (cresceram oito por cento, o que compara ao crescimento de 36 por cento de 2018) foram determinantes para o agravamento do défice da balança de bens.[11]

Na balança financeira, de registar um aumento de quatro por cento dos influxos líquidos de financiamento da economia, impulsionado principalmente por desembolsos extraordinários de ajuda orçamental pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento, no montante aproximado de 35 milhões de euros.

Os influxos de investimento direto estrangeiro (investimentos de estrangeiros em Cabo Verde subtraídos de investimentos de cabo-verdianos no exterior) reduziram cerca de oito por cento (tinham reduzido sete por cento em 2018), devido a desinvestimentos de promotores estrangeiros em empresas com participação do Estado. Excluindo os referidos desinvestimentos, os influxos de investimento direto estrangeiro em Cabo Verde cresceriam cerca de 25 por cento. O capital externo investido no país em 2019 destinou-se maioritariamente à construção de empreendimentos turísticos nas ilhas do Sal, de São Vicente e da Boavista.

O melhor desempenho da balança de pagamentos traduziu-se na melhoria da posição deficitária de investimento internacional do país, de 154 para 146 por cento do PIB. O aumento do *stock* de ativos de reserva (reservas internacionais líquidas do país) foi duas vezes superior ao aumento de *stock* dos passivos geradores de dívida (empréstimos contratados junto ao exterior, sobretudo pelo Estado), limitando a deterioração da posição financeira do país face ao exterior, em termos absolutos, a 2.083

[10] Com vista a otimizar o investimento das reservas oficiais, numa conjuntura em que as aplicações com *yields* positivas em países elegíveis da Área do Euro escasseiam-se.

[11] O efeito preço foi determinante para a evolução das importações de bens em 2019. De notar que, em volume, as importações de mercadorias cresceram quatro por cento, cerca de três pontos percentuais acima do crescimento de 2018. Por categorias económicas, em volume, as importações de bens de consumo, intermédios e de capitais, assim como os combustíveis, cresceram 0,9, 5,5, 16,8 e 2,2 por cento, respetivamente, o que compara aos crescimentos de 1,9, 1,1, 3,5 e -1,4 de 2018.

milhões de escudos. Em 2018, a posição financeira externa do país registou uma deterioração de 20.167 milhões de escudos.

5. Situação Monetária e Financeira

A massa monetária (constituída por moeda em circulação, depósitos à vista, depósitos a prazo e de poupança e títulos do Tesouro em poder do público) cresceu oito por cento em 2019, mais seis pontos percentuais que em 2018.

O aumento do *stock* das reservas internacionais líquidas e do crédito à economia, respetivamente, em 25,2 e 3,9 por cento, determinaram a expansão da oferta monetária, uma vez que a posição externa deficitária dos bancos deteriorou-se em 507 milhões de escudos e o crédito líquido ao sector público administrativo contraiu 21,4 por cento. Em 2018, o *stock* das reservas internacionais líquidas, o crédito à economia e o crédito líquido ao sector público cresceram, respetivamente, 2,0, 2,8 e 2,9 por cento, enquanto os bancos comerciais reduziram as suas aplicações no exterior no montante de 5.200 milhões de escudos.

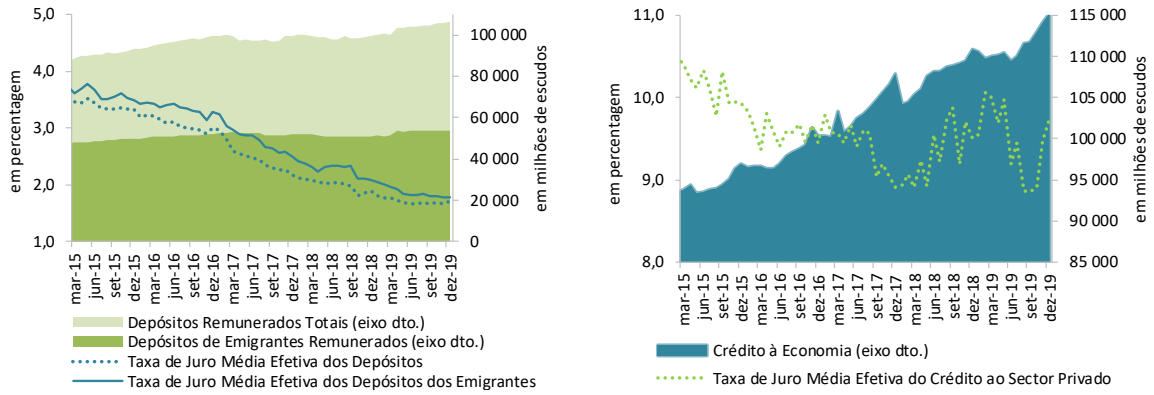
No que se refere em particular ao crédito ao sector público administrativo, a redução da exposição dos bancos face ao governo central, na sequência da liquidação do *stock* de títulos consolidados de mobilização financeira emitidos junto a um banco comercial (em cerca de 6.437 milhões de escudos), e o aumento dos seus depósitos (em 2.360 milhões de escudos), com as entradas excecionais da ajuda orçamental (nas componentes donativo - da União Europeia e dívida – do Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento), explicam, em boa medida, o seu contributo negativo para o crescimento da massa monetária.

Quadro 3: Situação Monetária

	2017	2018	2019	2018	2019
				Variação homóloga em %	
Posição Externa	**60 600**	**56 649**	**70 714**	**-6,5**	**24,8**
Ativos Externos Líquidos do Banco de Cabo Verde	56 992	58 242	72 814	2,2	25,0
Reservas Internacionais Líquidas	57 103	58 249	72 912	2,0	25,2
Ativos Externos Líquidos dos Bancos Comerciais	3 608	-1 592	-2 100	-144,1	-31,9
Crédito Interno Líquido	**139 328**	**143 282**	**140 649**	**2,8**	**-1,8**
Crédito Líquido ao SPA	31 431	32 342	25 397	2,9	-21,5
Crédito Bruto ao Governo Central	33 699	37 280	38 828	10,6	4,2
Crédito à Economia	107 897	110 957	115 252	2,8	3,9
Crédito às Empresas Públicas N/Financeiras	4 287	5 380	5 607	25,5	4,2
Crédito ao Sector Privado	103 610	105 577	109 644	1,9	3,9
Massa Monetária	**178 568**	**181 594**	**196 282**	**1,7**	**8,1**
Base Monetária	56 631	57 908	68 710	2,3	18,7
Memo Itens					
Inflação (var. média anual IPC em %)	0,8	1,3	1,1		
Tx. dos BT (a 91 dias, média em %)	0,73	1,00	1,00		
TRM (14 dias, média em %)	1,01	1,50	1,50		

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Notas: SPA – Sector Público Administrativo; IPC- Índice de Preços no Consumidor; BT – Bilhetes do Tesouro; TRM – Título de Regularização Monetária.

Figura 7. Taxas de juro, Crédito e Depósitos



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A evolução do crédito à economia traduziu a tendência do crédito a empresas privadas e a particulares, sobretudo, para financiamento de existências, fundo de maneio e investimentos, no caso das empresas, e financiamento da construção e aquisição de habitação, no caso dos particulares. Entretanto, os bancos agravaram, ligeiramente, a restritividade dos contratos de crédito à habitação e ao consumo de particulares e aumentaram a taxa média de juros aplicada nos empréstimos com maturidade de 7 a 30 dias e de 181 dias a 1 ano, respetivamente, em 3,5 e 2,5 pontos percentuais, o que se traduziu no aumento da taxa média de juros dos empréstimos de 10,25 para 10,34 por cento.

O contínuo crescimento do *funding* dos bancos (nomeadamente dos depósitos dos emigrantes e de residentes a prazo e de poupança) e a sua remuneração mais competitiva (em função da contínua redução das taxas de juro aplicadas nas operações de depósitos), a par dos incentivos orçamentais e do aumento da concorrência entre as instituições bancárias, contribuíram para a melhoria, ainda que ligeira, das condições de financiamento às empresas.

Em termos de componentes, a expansão monetária traduziu, sobretudo, o aumento dos depósitos à ordem de residentes, dos depósitos a prazo dos residentes, bem como dos depósitos a prazo e de poupança dos emigrantes, respetivamente em 17,2, 12,5 e 5,5 por cento. Com o aumento superior dos depósitos à ordem, o contributo dos passivos monetários para a expansão da oferta monetária superou o contributo dos passivos quase monetários em dois pontos percentuais.

6. Finanças Públicas

As contas públicas, de acordo com o Ministério das Finanças, registaram um défice de 3.585 milhões de escudos em 2019, valor inferior ao registado em 2018 em 1.284 milhões de escudos. Em termos do PIB, o défice das contas públicas fixou-se em 1,8 por cento, o que compara ao valor de 2,7 por cento de 2018.

A redução do défice das finanças públicas no ano passado ficou a dever-se ao aumento significativo dos donativos, ao contínuo crescimento, pese embora em desaceleração, das receitas fiscais e outras receitas, bem como à diminuição das despesas com a aquisição de ativos não financeiros.

As receitas públicas aumentaram 10,7 por cento (5,0 cento em 2018), em 2019, em larga medida impulsionadas pela duplicação das doações de parceiros bilaterais - entre os quais se destaca a China, para execução do campus universitário do Palmarejo Grande - e multilaterais, como é o caso da União Europeia, no quadro da ajuda orçamental.

As receitas fiscais cresceram, por seu turno, cerca de três por cento, aquém do crescimento do PIB nominal e dez pontos percentuais abaixo do crescimento de 2018, reflexo, por um lado, da dissipação dos efeitos de encontros de contas entre o Estado e os contribuintes em 2018, e, por outro, do impacto

Quadro 4: Situação Orçamental

	2017	2018	2019	2018	2019
				Variação homóloga em %	
Receitas de Impostos	**35.908,8**	**40.657,4**	**42.013,4**	**13,2**	**3,3**
das quais:					
Imposto s/ Valor Acrescentado	13.365	16.222	16.732	21,4	3,1
Cobrado pela DGA	7.260	7.801	8.260	7,4	5,9
Cobrado na DGCI	6.104	8.422	8.473	38,0	0,6
Imposto sobre o Rendimento	11.297	12.253	12.674	8,5	3,4
Pessoas Singulares	7.081	6.877	7.201	-2,9	4,7
Pessoas Coletivas	4.216	5.376	5.473	27,5	1,8
Donativos	**6.152**	**2.575**	**6.238**	**-58,2**	**142,3**
Despesas Correntes	**45.253**	**48.587**	**53.343**	**7,4**	**9,8**
das quais:					
Despesas com Pessoal	18.595	19.425	20.595	4,5	6,0
Transferências Correntes	5.879	6.283	6.015	6,9	-4,3
Benefícios Sociais	5.541	6.237	7.270	12,6	16,6
Despesas com Aquisição de Ativos não Financeiros	**9.665**	**8.194**	**7.971**	**-15,2**	**-2,7**
das quais:					
Programa de Investimento	9.505	7.917	7.643	-16,7	-3,5
Saldo Global (incluindo Donativos)	-5.361	-4.869	-3.585	9,2	26,4
Saldo Primário (incluindo Donativos)	-887	-236	1.365	73,4	678,3

Fonte: Ministério das Finanças.
Notas: Dados provisórios sujeitos a alterações; DGA - Direção Geral das Alfandegas; DGCI – Direção Geral das Contribuições e Impostos.

de incentivos aduaneiros e de outros incentivos fiscais concedidos no quadro do Orçamento do Estado para 2019, entre outras entidades, às *startup* jovens, às cooperativas de poupança e crédito e microbancos, bem como à importação de táxis, de veículos para transporte de turistas e de veículos de transporte coletivo de passageiros.[12]

As outras receitas, refletindo a moderação dos rendimentos de propriedade (dividendos e rendas de concessões) e de vendas de bens e serviços, assim como a redução de outras receitas diversas (relacionada com problemas iniciais na operacionalização da cobrança da taxa de segurança aeroportuária), cresceram seis por cento, aquém dos 17,7 por cento de crescimento verificado em 2018.

As despesas correntes aumentaram 9,8 por cento em 2019, 2,4 pontos percentuais acima do crescimento de 2018, reflexo, sobretudo, do crescimento de outras despesas correntes, bem como das despesas com pessoal, com benefícios sociais e com a aquisição de bens e serviços, respetivamente, em 47,1, 6,0, 16,6 e 11,4 por cento. A expansão das despesas correntes foi, entretanto, contida pela redução, na ordem dos cinco por cento, das transferências para a administração pública. Em 2018, as outras despesas correntes, as despesas com pessoal, com benefícios sociais, com a aquisição de bens e serviços e com as transferências para administração pública cresceram 17,7, 4,5, 12,6, 10,4 e 7,2 por cento, respetivamente.

Refira-se que, em 2019, a evolução de outras despesas correntes refletiu a restituição do imposto sobre o valor acrescentado a contribuintes, enquanto o aumento da massa salarial ficou a dever-se, entre outros fatores, a novas contratações, à atualização salarial dos funcionários do quadro comum (em 2,5 por cento), aos efeitos da revisão do Estatuto da Polícia Nacional, à regularização das despesas dos órgãos de soberania e à instalação do Instituto Marítimo Portuário. O crescimento dos gastos com benefícios sociais traduziu, por seu turno, o aumento da pensão social mínima (de 5.000 para 6.000 escudos), acompanhado do crescimento do número de pensionistas do regime não contributivo, a contínua adesão de funcionários ao regime de reforma antecipada e a gratificação de estágios profissionais.

Com uma tendência contrária à das despesas correntes, as despesas com a aquisição de ativos não financeiros reduziram três por cento, depois de terem contraído 15 e 92 por cento, respetivamente, em 2018 e 2017. Dificuldades na operacionalização de projetos de saneamento básico e de infraestruturas de suporte à atividade turística financiados por parceiros externos explicam, em larga medida, a execução relativamente baixa, de 72 por cento, do programa de investimento público.

O défice orçamental de 2019 foi financiado maioritariamente com recurso ao endividamento externo (predominantemente junto a credores multilaterais), o que se traduziu num aumento do *stock* da dívida pública externa em 8,9 mil milhões de escudos. O *stock* total da dívida bruta do Estado de Cabo

[12] Aqueles efeitos justificam, em particular, o não crescimento do imposto sobre o valor acrescentado arrecadado pela Direção Geral das Contribuições e Impostos e o crescimento muito comedido do imposto sobre rendimento de pessoas coletivas.

Verde, excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF), cresceu cinco por cento, fixando-se em 243,4 mil milhões de escudos em 31 de dezembro de 2019, correspondente a 125 por cento do PIB (126 por cento do PIB em 2018). Incluindo os TCMF, o *stock* da dívida pública fixou-se, em 2019, em 131 por cento do PIB, menos um ponto percentual que em 2018.

Perspetivas de Evolução da Economia no Curto Prazo

7. Hipóteses de Enquadramento das Projeções

As atuais projeções do Banco de Cabo Verde para 2020 baseiam-se em pressupostos teóricos e no conhecimento empírico da economia do país, que fundamentam o seu exercício de programação monetária e financeira. Enquadram os desenvolvimentos macrofinanceiros recentes, o contexto externo e interno de emergência sanitária global decorrente da pandemia de Covid-19, assim como as orientações de política macroeconómica suscetíveis de gerar impactos e mitigar os referidos efeitos no horizonte temporal das projeções.

O enquadramento externo da economia nacional deteriorou-se significativamente no decurso dos meses de fevereiro e março de 2020, com a propagação rápida de infeções por SARS-CoV-2 em economias parceiras do país. A par das consequências diretas na saúde pública, as medidas de contenção da propagação do novo coronavírus adotadas pelos parceiros do país, individualmente ou coordenadas a nível supranacional, deverão resultar num choque simultâneo da oferta (devido à disrupção de cadeias de produção e canais de distribuição) e da procura (que deverá afetar desproporcionalmente os sectores do turismo e dos transportes, bem como os serviços culturais e de lazer).

Neste contexto, as projeções macroeconómicas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma contração das economias mundial, da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido, em 3,0, 7,5, 5,9 e 6,5 por cento, respetivamente.

Nas hipóteses do cenário central das suas projeções, o FMI assume o controlo da pandemia e um alívio das medidas de confinamento e distanciamento social da população, adotadas, quase que universalmente, para a contenção da propagação do novo coronavírus, no segundo semestre deste ano.[13] O FMI internaliza, igualmente, na sua análise prospetiva do cenário macroeconómico mundial, os efeitos da queda expressiva dos índices bolsistas a nível global e a significativa redução dos preços do petróleo, não só devido às consequências na procura e na produção industrial da situação sanitária global, como também efeito da disputa de preços entre a Arábia Saudita e a Rússia, que resultou na queda do preço de barril de brent - petróleo de referência para Cabo Verde - de 48 para 37 USD a 9 de março.[14]

Além da contração da economia dos principais parceiros do país, as expetativas do FMI apontam para um impacto bastante negativo do choque exógeno nos seus mercados de trabalho, com maior

[13] A Organização Mundial da Saúde declarou, a 11 de março, a epidemia do novo coronavírus, que surgiu na cidade chinesa de Whuan, como pandemia. Na sequência da declaração, os EUA adotaram medidas de interdição do tráfego aéreo com a Europa, à exceção do Reino Unido, e foi declarado estado de emergência na Itália e Espanha. Portugal, o principal parceiro económico do país, declarou estado de emergência no dia 18 de março, data em que o Estado de Cabo Verde anunciou um conjunto de medidas de prevenção da entrada do vírus no país, que incluem a interdição de tráfego aéreo com todos os países com situação endémica de contágios pelo novo coronavírus.

[14] Refira-se que a Rússia e a Arábia Saudita acabaram, a 9 de abril, por viabilizar a decisão da OPEP+, constituída pelos países que fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e a Rússia, de reduzir a sua produção diária em dez milhões de barris de petróleo.

severidade no dos EUA, onde as leis laborais são mais flexíveis.

No que respeita à inflação, de acordo com o Banco Central Europeu (BCE), o índice harmonizado de preços na Área do Euro deverá registar um crescimento abaixo do observado em 2019. O banco central antecipa que a redução do preço do petróleo e as pressões descendentes sobre a procura por determinados bens deverão compensar as pressões altistas resultantes da disrupção da oferta de outros bens. O BCE sublinha, entretanto, o contexto de grande incerteza e a predominância de riscos descendentes à materialização do cenário central das suas projeções.

As medidas contingenciais de políticas orçamentais e monetárias anunciadas deverão, em certa medida, mitigar os efeitos do choque global e suportar uma recuperação mais célere da procura turística dirigida à economia nacional, do investimento externo no país e das remessas dos emigrantes.[15]

De notar que a Reserva Federal dos EUA cortou por duas vezes, num espaço de doze dias, a *fed funds rate* em 150 pontos base, fixando-a no intervalo 0,00 – 0,25 por cento, e anunciou a implementação de um programa de compra de títulos do Tesouro e de títulos que securitizam os empréstimos hipotecários de 500 mil milhões de dólares e 200 mil milhões de dólares, respetivamente, e, adicionalmente, anunciou a implementação de programas de aquisição de ativos que securitizam o crédito às empresas e o crédito ao consumo de particulares.

O congresso dos Estados Unidos, por sua vez, adotou um plano de assistência social de 100 mil milhões de USD para apoiar as famílias afetadas e, adicionalmente, negociou com a Casa Branca um plano de estímulo económico de 2,2 biliões de USD, para apoiar as famílias, o sector dos transportes aéreos e outros sectores severamente atingidos pelo choque, bem como os governos estaduais.

O BCE manteve inalteradas as taxas de juro das facilidades de depósito e de refinanciamento em -0,50 e 0,00 por cento, respetivamente, mas, a 12 de março, anunciou: o reforço do programa de compra de ativos de 20 mil milhões para 120 mil milhões de euros; condições mais favoráveis de empréstimos ao sector bancário (nomeadamente através de operações adicionais de refinanciamento de longo prazo e do programa *Target Long-Term Refinancing Operations III*, para incentivar o financiamento de médias e pequenas empresas); e algum alívio das regras prudenciais (entre as quais, a possibilidade dos bancos operarem com níveis de capital abaixo dos estipulados pelo Pilar 2, pelo *buffer* de conservação de capital e pelo rácio de cobertura de liquidez). A 19 de março, lançou um programa de emergência de compra de ativos – *Pandemic Emergency Purchase Programme*- no valor de 750 mil milhões de euros, que deverá vigorar até ao final do ano.

As medidas orçamentais da Comissão Europeia e do Eurogrupo para apoiar os países afetados pelo novo coronavírus na mitigação dos efeitos económicos, ultrapassam os 10 por cento do PIB da região e visam apoiar: os sistemas de saúde e de proteção civil; as famílias e os trabalhadores, através de

[15] O FMI perspetiva que as economias mundial, da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido, crescerão 5,8, 4,7, 4,7 e 4,0 por cento, respetivamente, em 2021.

subsídios de desemprego e compensação por menos horas de trabalho; e, as empresas que enfrentam escassez de liquidez, através de, entre outras medidas, moratória nas responsabilidades fiscais e facilitação do acesso ao crédito.

O Banco de Inglaterra (BoE) também cortou a sua taxa diretora para o valor mínimo de 0,1 por cento a 19 de março, depois de a ter cortado, a 13 de março, para 0,25 por cento. Adicionalmente, o BoE alargou o seu programa de compra de ativos para 645 mil milhões de libras e criou um *Term Funding Scheme*, semelhante ao lançado em 2016 após o referendo do *Brexit*, que inclui incentivos à banca para a concessão de crédito às pequenas e médias empresas. A nível prudencial, o BoE anunciou a redução do *countercyclical capital buffer* para zero por cento.

A par de medidas de política monetária para fazer face aos efeitos da pandemia de Covid-19, e para além das anteriores medidas de estímulo à atividade económica aprovadas no orçamento de 2020 (no valor total de 18 mil milhões de libras), o governo do Reino Unido anunciou um pacote de incentivos para apoiar o mercado de trabalho (na ordem dos sete mil milhões de libras) e reforçar o sistema de saúde (em cinco milhões de libras).

Os estímulos anunciados e implementados pelas autoridades monetárias deverão manter as taxas de juro dos mercados monetários interbancários em níveis históricos, conter a subida das taxas de juro

Quadro 5: Hipóteses do Exercício de Projeção

	2017	2018	2019	Outubro/19^{P}	Abril/20^{P}
				2020	2020
Produto Interno Bruto (t.v.r.)					
Mundo	3,8	3,6	2,9	3,5	-3,0
Área do Euro	2,5	1,9	1,2	1,6	-7,5
EUA	2,4	2,9	2,3	1,9	-5,9
Reino Unido	1,8	1,3	1,4	1,4	-6,5
Importações da Área do Euro	4,7	2,7	3,3	3,1	1,8
Importações do Reino Unido	3,5	2,0	3,6	1,2	-0,2
Preço das Matérias-Primas (t.v.a.)					
Energéticas	23,3	29,4	-10,2	-2,5	-42,0
Não energéticas	6,4	1,3	0,8	0,5	-1,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (t.v.h.)					
Portugal	1,6	1,2	0,3	1,2	0,2
Área do Euro	1,5	1,8	1,2	1,0	1,1
Taxa de Câmbio do Euro					
Efectiva do Euro (t.v.a. em %)	2,2	5,2	-1,0	0,5	-1,7
Euro - Dólar (v.m.a. em dólares)	1,13	1,18	1,12	1,12	1,09
Euro - Libra (v.m.a. em libra)	0,88	0,88	0,88	0,89	0,88
Taxa de Juro					
Curto Prazo (Euribor 3 meses)	-0,3	-0,3	-0,4	-0,6	-0,4

Fonte: Fundo Monetário Internacional (WEO, 14 de abril de 2020); Banco Central Europeu (2 de março de 2020); Banco de Portugal (26 de março de 2020); e Office of Budget Responsability (EFO, 11 de março de 2020) do Reino Unido.

Notas: P - Projeções; t.v.r. - taxa de crescimento real; t.v.a. - taxa de variação média anual; t.v.h. - taxa de variação homóloga; v.m.a. - valor médio anual.

dos títulos de Tesouro e facilitar, em alguma medida, a provisão de liquidez à economia.

Nos mercados cambiais, a evolução do câmbio do EUR desde janeiro reforça as expetativas da sua depreciação, tanto em termos efetivos nominais, como em relação ao USD, em 2020.

A nível interno, no que concerne à política macroeconómica, o atual exercício de programação financeira do país considerou o cenário de implementação de medidas orçamentais, monetárias e prudenciais para reforçar o sistema nacional de saúde, garantir o abastecimento ao país de bens essenciais (alimentos, combustíveis, medicamentos e outros equipamentos de saúde), facilitar o provisionamento de liquidez a empresas com problemas de tesouraria, em resultado da implementação de medidas de contingência, minimizar os impactos no mercado de trabalho e prover algum amparo às famílias mais vulneráveis.

Entre as medidas orçamentais anunciadas, destacam-se, com vista a apoiar a tesouraria das empresas, as linhas de crédito e garantias para: grandes empresas, que poderá ascender a mil milhões de escudos; empresas dos sectores do turismo, restauração, organização de eventos, agências de viagens, transportes, e animação e similares, também no montante máximo de mil milhões de escudos; pequenas e médias empresas de todos os sectores de atividade, até ao montante de mil milhões de escudos; microempresas, até ao montante 300 milhões de escudos.

As medidas fiscais, em particular, a vigorarem a partir de 1 de abril, comportam o pagamento em prestações do imposto sobre valor acrescentado e do imposto sobre o rendimento de trabalhadores retidos na fonte, assim como o alargamento do prazo das execuções fiscais.

Ainda, visando a preservação de postos de trabalho, o governo determinou, no quadro da suspensão coletiva do trabalho, o pagamento de 70 por cento do salário bruto aos empregados, assumido em 35 por cento pelos empregadores e em 35 por cento pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

O banco central, complementarmente, baixou as suas taxas de referência e o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa para mínimos históricos, para facilitar o financiamento da economia e incentivar, adicionalmente, a redução do seu custo e criou um instrumento de financiamento aos bancos até 3 anos, para eventuais necessidades de liquidez.

A nível prudencial, o Banco de Cabo Verde (BCV) deliberou a atribuição, casuística, pelos bancos, de moratórias ou carências de pagamento de crédito, que não serão considerados incumprimentos, não tendo assim impacto nas imparidades e provisões que os bancos devem constituir. Adicionalmente, o BCV suspendeu a dedução aos fundos próprios do valor dos bens recebidos em dação e reduziu o rácio de solvabilidade.

8. Projeção dos Principais Indicadores Económicos e Financeiros

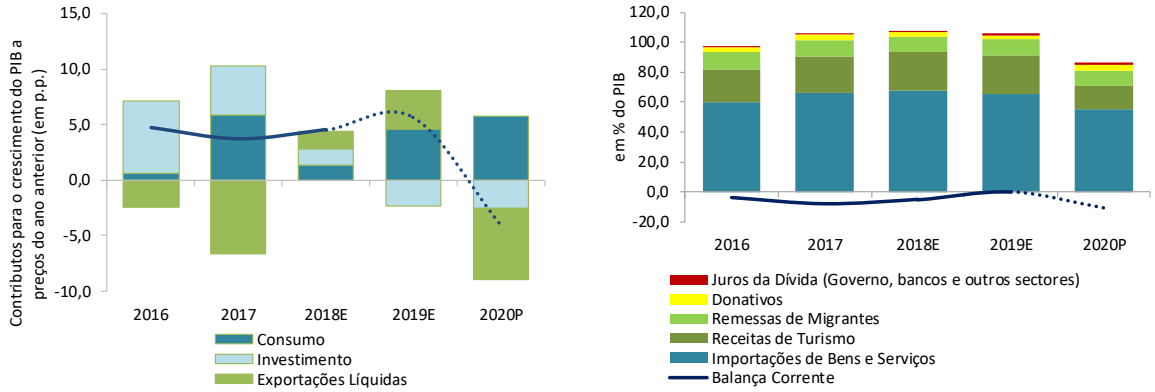
As hipóteses de enquadramento das atuais projeções apontam para uma contração do produto interno em volume, em 2020, em pelo menos quatro, em larga medida resultado da retração da procura externa.

Em termos nominais, as exportações de bens e serviços deverão registar uma redução superior a 40 por cento em 2020, depois de terem crescido dez por cento em 2019. O confinamento da população, decretado quase que universalmente nos maiores mercados turísticos do país, e a interdição de tráfego internacional aéreo e marítimo de passageiros, determinada pelo país mesmo antes da declaração do estado de emergência a nível nacional, deverão resultar numa forte redução das receitas de viagens, de serviços de transportes aéreos internacionais (venda de passagens pela transportadora aérea nacional e receitas da FIR Oceânica do Sal) e das reexportações de víveres e combustíveis nos portos e aeroportos do país.[16]

Por seu turno, a par da redução da procura externa e do investimento estrangeiro no país, as restrições impostas ao funcionamento da economia pela declaração de estado de emergência, a interdição de viagens a negócio e lazer de residentes no país ao estrangeiro, bem como a redução dos preços do petróleo nos mercados internacionais deverão contribuir para a diminuição das importações de bens e serviços na ordem dos vinte por cento, atenuando assim a deterioração da procura externa líquida.

A formação bruta de capital deverá ser penalizada pela conjuntura de restrição à laboração enquanto durar o estado de emergência, pelas incertezas face à evolução da pandemia a nível nacional e internacional e pela consequente deterioração do sentimento económico. Neste quadro, as

Figura 9: Evolução e Projeção das Componentes da Procura Agregada e da Balança Corrente



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde.
Nota: E-Estimativas; P – Projeções; p.p.- pontos percentuais; t.v.- taxa de variação.

[16] De acordo com indicadores disponíveis, a atividade económica em geral e a atividade turística em particular terão evoluído positivamente no primeiro trimestre. Recorde-se que a época alta da atividade turística nacional ocorre entre finais do quarto trimestre e finais do primeiro trimestre de cada ano.

expetativas do cenário central das atuais projeções convergem para uma contração do investimento, em volume, em pelo menos 7,5 por cento.

Entretanto, o cenário central das projeções internaliza um impacto positivo das medidas orçamentais, monetárias e prudenciais na evolução do consumo intermédio das empresas e final das administrações públicas e famílias.

Perspetiva-se, assim, que as medidas de proteção do emprego, de compensação dos desempregados e de apoio aos trabalhadores informais, aliadas a algum recurso a poupanças, poderão conter a queda do consumo privado, sobretudo de bens de primeira necessidade e medicamentos, por motivos precaucionais.[17]

Considerando, a política contra-cíclica anunciada, o consumo público deverá acelerar, pese embora algum ajustamento das despesas não obrigatórias do governo central, com: a assunção pela administração central de despesas com pessoal de determinadas empresas públicas; a atribuição de benefícios sociais a famílias mais vulneráveis e alguma compensação de certos operadores económicos pela perda de rendimentos; a aquisição excecional de materiais de uso hospitalar e farmacêutico; o destacamento especial de pessoal médico, de proteção civil e forças de segurança; o fretamento de aviões para repatriar cabo-verdianos no exterior e assegurar o abastecimento do país de bens de primeira necessidade e material hospitalar; o pagamento de hospedagens em hotéis da população colocada profilaticamente em isolamento obrigatório, entre outros gastos.

Do lado da oferta, os contributos negativos dos serviços, na ordem dos cinco pontos percentuais, e da construção, na ordem dos dois pontos percentuais, explicam, em larga medida, a contração da atividade económica nacional. No sector dos serviços, perspetiva-se que a queda dos valores acrescentados brutos de alojamento e restauração e de transportes, superior a 40 por cento, será parcialmente compensada por um aumento significativo do valor acrescentado bruto dos serviços não mercantis da administração pública.[18]

De acrescentar que todos os ramos de atividade deverão ser afetados, em maior ou menor magnitude, pelo choque exógeno, com exceção da agricultura e da pesca, este último deverá recuperar da contração de 23 por cento registada em 2019, caso o cenário de controle da pandemia de Covid-19 nos principais mercados do país no terceiro trimestre se materializar.

Sendo o primeiro e o principal canal de propagação do choque exógeno global, a balança de pagamentos deverá registar um desempenho desfavorável em 2020. O défice da balança corrente

[17] Adicionalmente, prevê-se que o impacto da redução das remessas dos emigrantes no rendimento disponível das famílias, atendendo às difíceis situações laborais e sanitárias dos países de acolhimento, seja também compensado pela redução da inflação.

[18] Refira-se que os serviços não mercantis da administração pública incluem as atividades administrativas, de educação e formação, bem como as atividades de saúde e ação social. Na ação social contabiliza-se, além dos benefícios atribuídos no quadro do regime não contributivo, nomeadamente, aos trabalhadores do sector informal, os benefícios do regime contributivo para a compensação dos trabalhadores em *lay-off* e dos desempregados inscritos na previdência social.

deverá aumentar, no cenário central das atuais projeções do banco central, para cerca de 11 por cento do PIB, depois de ter atingido o valor mínimo histórico de 0,2 por cento do PIB em 2019, reflexo, sobretudo, da redução das exportações de bens e serviços e das remessas dos emigrantes. Na balança financeira projeta-se uma redução dos influxos de investimento direto estrangeiro na ordem dos 45 por cento, em resultado do esperado adiamento e atraso na execução de projetos em vias de arranque e em curso, aos quais se acresce a liquidação de 75 por cento do valor de aquisição, pelo Estado, das ações de um banco nacional, antes detidas por um investidor externo.

O *stock* das reservas internacionais líquidas do país deverá reduzir, em consequência, dos 72.913 para 63.556 milhões de escudos (661 para 576 milhões de euros), passando a garantir, ainda assim, devido à queda projetada das importações, cerca de sete meses das importações de bens e serviços projetadas para 2020. As projeções das contas externas assumem a mobilização de recursos externos por parte do governo, sob a forma de donativos e empréstimos concessionais, para o financiamento de boa parte do *gap* do Orçamento do Estado reprogramado para 2020.

Em linha com os desenvolvimentos nos mercados internacionais de matérias-primas e nas contas externas, e internalizando algum impacto das medidas de políticas para garantir liquidez às empresas e famílias, o cenário central das projeções aponta que a taxa de inflação média anual deverá fixar-se nos 0,9 por cento, os ativos externos líquidos deverão contrair 15 por cento e o crédito à economia poderá aumentar 4,7 por cento.

Convém notar que as atuais projeções foram realizadas num quadro de incertezas sobre a evolução do enquadramento externo e do contexto sanitário e macroeconómico interno sem paralelo. O cenário

Quadro 6: Programação Monetária

	2018	2019	2020^{P}		2019	2020^{P}	
			Cenário Central	Cenário Adverso		Cenário Central	Cenário Adverso
	Milhões de escudos				Variação em %		
Ativos Externos Líquidos	**56 649**	**70 714**	**60 078**	**50 593**	**24,8**	**-15,0**	**-28,5**
Banco de Cabo Verde	58 242	72 814	63 462	53 977	25,0	-12,8	-25,9
Reservas Interntacionais Líquidas	58 249	72 912	63 556	54 070	25,2	-12,8	-25,8
Bancos Comerciais	-1 592	-2 100	-3 384	-3 384	-31,9	-61,2	61,2
Ativo Interno Líquido	**124 945**	**125 568**	**123 756**	**123 007**	**0,5**	**-1,4**	**-2,0**
Crédito Interno Total	143 282	140 649	138 838	138 088	-1,8	-1,3	-1,8
Crédito Líquido ao SPA	32 325	25 397	18 587	18 587	-21,4	-26,8	-26,8
Crédito à Economia	110 957	115 252	120 669	118 169	3,9	4,7	2,5
Outros Ativos Líquidos	-18 355	-18 355	-18 355	-18 355	0,0	0,0	0,0
M2	**181 594**	**196 282**	**183 834**	**173 599**	**8,1**	**-6,3**	**-11,6**
Memo Itens							
Inflação (var. média anual IPC em %)	1,3	1,1	0,9	1,2			

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: P – Projeções.

central baseia-se, em larga medida, no pressuposto do controle da pandemia de Covid-19 no decurso do segundo trimestre, numa recuperação gradual da economia dos principais parceiros e da atividade económica nacional a partir do terceiro trimestre, assim como na descoberta de uma terapêutica para a doença nos próximos meses.[19] Neste quadro, a distribuição dos riscos à materialização do cenário central das atuais projeções está enviesada negativamente. Por um lado, a eventualidade de um atraso na inversão da curva de contágios no ocidente e no país poderá adiar o início da retoma da atividade económica global e nacional. Por outro lado, ponderou-se, no contexto interno, a probabilidade de obstáculos administrativos e operacionais condicionarem a implementação oportuna das medidas orçamentais e monetárias para mitigação dos efeitos da pandemia na economia nacional, assim como uma pressão altista dos preços de bens alimentares e de medicamentos numa conjuntura de algum condicionamento do abastecimento interno.

[19] Embora a produção de uma vacina eficaz possa demorar, no mínimo, 12 a 18 meses, fármacos antivirais para o SARS-CoV-2 poderão ser descobertos em menos tempo, dado o empenho da comunidade científica global.

9. Política Monetária para os Próximos Meses

A política monetária do país objetiva a estabilidade de preços, estabelecendo como âncora nominal o regime de câmbio fixo unilateral do escudo de Cabo Verde ao euro.

O Banco de Cabo Verde, instituição mandatada a executar a política monetária do país, em linha com a política macroeconómica definida pelo governo, utiliza, convencionalmente, as suas taxas de juro de referência, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa e as operações tipo mercado aberto para influenciar as decisões das instituições de crédito, empresas e famílias e asseverar a estabilidade nominal do país.

A conjuntura de emergência sanitária global devido à propagação do novo coronavírus, com consequências graves para a economia de um pequeno e aberto estado insular que é Cabo Verde, impôs a adoção de medidas de política excecionais pelo banco central a 25 de março passado.

O BCV baixou a taxa de juro diretora, bem como as taxas das facilidades permanentes de cedência de liquidez e das facilidades permanentes de absorção de liquidez para, respetivamente, 0,25, 0,5 e 0,05 por cento, para incentivar, complementarmente aos estímulos orçamentais, os bancos a proverem financiamento para apoiar, em particular, a tesouraria das empresas obrigadas a reduzirem a sua atividade, a um custo mais baixo e em condições menos restritivas.[20]

Adicionalmente, o banco central baixou o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa de 13 para 10 por cento e, no âmbito prudencial, suspendeu a dedução aos fundos próprios dos valores de bens recebidos em dação nos anos de 2013 a 2016, além de baixar o rácio regulamentar de solvabilidade de 12 para 10 por cento, para reforçar a capacidade de intermediação dos bancos, em alinhamento com as necessidades excecionais de financiamento da economia, nesta conjuntura.[21]

Ainda no quadro prudencial, o BCV deliberou a possibilidade de atribuição de moratórias ou carência no pagamento de créditos por um período inicial de seis meses, a contar do dia 1 de abril, por parte dos bancos, e mediante pedido de clientes com dificuldade em honrarem os seus compromissos.

Considerando a eventualidade de uma necessidade de liquidez, adicional, pela banca, o banco central criou, igualmente, um instrumento de financiamento das instituições de crédito até três anos, viabilizado pela Lei n.º 84/IX/2020, de 4 de abril, que procede à primeira alteração da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde (Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho).

Num contexto em que as expectativas de evolução da inflação e das contas externas, no curto prazo, não sugerem um risco iminente e grave para a estabilidade nominal e não constituem uma ameaça ao regime cambial do país, as medidas de política monetária adotadas assumem um carácter

[20] Até 1 de Abril as taxas de diretora e das facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez fixavam-se em 1,5, 3,0 e 0,1 por cento, respetivamente.

[21] As duas medidas de âmbito prudencial deverão vigorar até 31 de dezembro de 2021.

excecionalmente acomodatício.

A autoridade monetária não prevê, nos próximos meses, alterar a orientação da sua política. Mantém-se atenta ao contexto externo e interno e reforça os seus mecanismos de monitorização e mitigação atempada dos riscos à estabilidade macrofinanceira do país, no curto e médio prazos.

Anexo Estatístico

1. Economia Internacional

Contas Nacionais (em percentagem)

	2017	2018	2019	2018		2019			
				3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Área do Euro									
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	2,5	1,9	1,2	1,6	1,2	1,4	1,2	1,3	1,0
Consumo Privado	1,7	1,4	1,3	1,1	1,1	1,2	1,2	1,5	1,2
Consumo Público	1,3	1,1	1,6	0,9	1,1	1,4	1,3	2,0	1,8
Formação Bruta de Capital Fixo	3,4	2,3	5,7	3,5	4,1	4,1	8,3	3,2	6,3
Exportações	5,5	3,4	2,5	3,0	1,7	3,1	2,2	2,7	2,0
Importações	5,0	2,7	3,8	3,7	3,1	3,6	5,2	2,6	3,8
EUA									
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	2,4	2,9	2,3	3,1	2,5	2,7	2,3	2,1	2,3
Consumo Privado	2,6	3,0	2,6	3,4	2,6	2,5	2,6	2,6	2,6
Consumo Público	0,7	1,7	2,3	2,2	1,5	1,8	2,3	2,2	3,0
Formação Bruta de Capital Fixo	4,4	5,1	1,8	5,5	5,1	5,1	3,9	0,4	-1,9
Exportações	3,5	3,0	0,0	2,4	0,4	1,2	-1,7	0,2	0,3
Importações	4,7	4,4	1,0	5,7	3,2	2,6	2,6	0,9	-2,2
Reino Unido									
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	1,9	1,3	1,4	1,6	1,4	2,0	1,3	1,2	1,1
Consumo Privado	2,3	1,6	1,4	1,8	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3
Consumo Público	0,3	0,4	3,6	0,3	1,4	2,5	3,9	3,6	4,4
Formação Bruta de Capital Fixo	1,6	-0,2	0,4	0,0	-1,2	1,0	0,7	0,7	-0,9
Exportações	6,1	1,2	3,7	0,9	2,1	2,9	0,1	3,6	8,2
Importações	3,5	2,0	3,6	0,7	4,6	14	1,2	1,6	-2,1

Fonte: Eurostat; US Department of Commerce (BEA) e Office for National Statistics (ONS).

Nota: t.v.h. - taxa de variação homóloga.

Indicadores de Atividade, Mercado de Trabalho e Inflação

	2017	2018	2019	2018		2019			
				Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Área do Euro									
Indicadores de Atividade									
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)									
Total (exclui construção)	3,0	0,7	-1,5	0,5	-4,3	-0,8	-2,5	-1,5	-3,6
Indicadores de Confiança (v.c.s.)									
Ind. de Sentimento Económico (1990-2012 = 100)	110,4	111,5	103,2	110,7	107,8	105,7	103,1	101,3	101,0
Indicador de Confiança dos Consumidores (s.r.e.)	-5	-4	-6	-5	-7	-6	-6	-6	-7
Indicador de Confiança na Indústria (s.r.e.)	5	6	-5	5	3	-1	-5	-8	-9
Indicador de Confiança na Construção (s.r.e.)	-3	6	5	8	7	7	7	3	4
Mercado de Trabalho									
Taxa de desemprego (v.c.s.)	9,1	8,2	7,6	8,0	7,8	7,7	7,5	7,5	7,4
Inflação									
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor									
Taxa de variação homóloga	1,5	1,7	1,2	2,1	1,5	1,4	1,3	0,8	1,3
EUA									
Indicadores de Atividade									
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)	2,3	3,9	0,8	5,4	3,8	2,3	1,0	-0,2	-1,0
Vendas no Comércio a Retalho (t.v.h.)	4,6	4,8	3,6	3,9	1,5	3,8	3,3	4,0	5,8
Mercado de Trabalho									
Taxa Desemprego (v.c.s.)	4,3	3,9	3,7	3,7	3,9	3,8	3,7	3,5	3,5
Inflação									
Índice de Preços no Consumidor									
Taxa de variação homóloga				2,3	1,9	1,9	1,6	1,7	2,3
Taxa de variação média anual	2,1	2,4	1,8	2,4	2,4	2,3	2,1	1,9	1,8
Índice de Preços no Consumidor *Core* (t.v.h.)	1,8	2,2	2,3	2,2	2,2	2,0	2,1	2,4	2,3
Índice de Preços no Produtor (t.v.h.)	2,5	2,5	1,7	2,7	2,6	2,0	1,6	1,4	1,3
Reino Unido									
Indicadores de Atividade									
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)	1,7	0,8	-1,3	-0,2	-1,1	0,9	-1,6	-1,8	-1,8
Vendas no Comércio a Retalho (t.v.h.)	1,9	2,7	3,3	3,0	3,4	6,7	3,6	2,8	0,9
Mercado de Trabalho									
Taxa Desemprego (v.c.s.)	4,4	4,1	3,8	4,1	4,0	3,8	3,9	3,8	3,8
Inflação									
Índice de Preços no Consumidor									
Taxa de variação homóloga				2,4	2,1	1,9	2,0	1,8	1,3
Taxa de variação média anual	2,7	2,4	1,8	2,7	2,5	2,3	2,2	2,0	1,8
Índice de Preços no Consumidor *Core* (t.v.h.)	2,4	2,1	1,7	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,4
Índice de Preços no Produtor (t.v.h.)	3,4	2,9	1,6	3,1	2,4	2,2	1,6	1,2	0,9

Fonte: Eurostat; European Commission; Federal Reserve Board of Governors; US Department of Labor e US Office for National Statistics.

Notas: t.v.h. - taxa de variação homóloga; v.c.s. - valores corrigidos da sazonalidade; s.r.e. - saldo das respostas extremas.

2. Atividade Económica Nacional

Produto Interno Bruto a preços correntes (em milhões de escudos)

	2017	2018E	2019E	2018E		2019E			
				3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Ramos de Atividade									
Agricultura	10 502	8 147	7 826	1 729	1 698	2 155	2 206	1 672	1 793
Pesca	1 163	1 575	1 217	604	344	263	261	403	290
Indústrias Extrativas	521	548	608	141	134	137	156	159	157
Indústrias Transformadoras	10 616	12 390	12 957	2 891	3 321	3 316	3 196	3 220	3 225
Eletricidade e Água	4 314	4 948	5 172	1 345	1 328	1 258	1 270	1 388	1 256
Construção	16 039	17 530	19 534	4 480	4 297	4 408	5 053	5 100	4 974
Comércio	18 622	19 973	20 625	5 116	5 329	4 811	5 035	5 261	5 518
Transportes	16 641	17 623	19 645	4 253	5 026	4 114	4 808	5 363	5 360
Alojamento e Restauração	11 476	12 399	14 124	2 870	3 304	4 017	2 953	3 296	3 857
Telecomunicações e Correios	5 798	5 313	5 133	1 275	1 401	1 205	1 224	1 247	1 457
Serviços Financeiros	7 283	7 817	8 553	2 065	1 957	2 072	2 126	2 152	2 204
Imobiliária e Outros Serviços	15 312	16 052	16 429	3 988	4 188	4 031	4 082	4 072	4 244
Serviços às Empresas	4 299	4 218	4 182	989	1 099	1 053	1 028	1 008	1 093
Administração Pública	26 569	28 479	31 136	7 003	7 546	7 523	7 705	7 578	8 330
Valor Acrescentado Bruto	***149 154***	***157 010***	***167 142***	***38 751***	***40 973***	***40 363***	***41 101***	***41 920***	***43 758***
Subsídios	***23 944***	***26 688***	***28 060***	***6 785***	***7 349***	***6 583***	***6 840***	***7 033***	***7 604***
Produto Interno Bruto	**173 097**	**183 698**	**195 202**	**45 536**	**48 322**	**46 946**	**47 941**	**48 953**	**51 362**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Nota: E – Estimativas.

Produto Interno Bruto em Volume (taxa de variação homóloga em percentagem)

	2017	2018E	2019E	2018E		2019E			
				3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Ramos de Atividade									
Agricultura	-13,5	-23,2	-5,0	-25,7	-12,5	-1,0	-13,1	-5,7	2,8
Pesca	1,5	30,5	-23,0	54,1	2,5	-22,5	-9,5	-34,3	-14,6
Indústrias Extrativas	-13,4	1,8	8,4	-1,8	6,8	5,2	4,5	11,0	13,1
Indústrias Transformadoras	7,3	14,4	3,4	20,9	7,7	1,9	7,7	9,9	-4,6
Eletricidade e Água	4,2	8,9	6,4	16,0	11,9	13,5	7,1	3,9	2,3
Construção	19,0	3,9	10,6	-5,5	1,6	4,4	6,6	14,8	17,0
Comércio	9,3	8,5	4,7	10,4	8,8	4,1	7,7	3,7	3,4
Transportes	7,5	-2,2	10,0	-3,9	0,8	-3,3	13,1	26,6	5,9
Alojamento e Restauração	18,1	4,5	8,6	-1,4	0,3	5,0	11,2	8,7	10,5
Telecomunicações e Correios	-6,1	-6,6	-2,0	-6,1	-4,3	-6,3	-6,7	-0,7	5,0
Serviços Financeiros	12,2	8,7	9,1	15,4	5,2	12,4	9,1	3,6	11,8
Imobiliária e Outros Serviços	-18,6	5,6	3,6	10,9	14,1	7,3	2,5	3,2	1,9
Serviços às Empresas	-0,1	-2,0	-1,9	-7,8	-4,7	-5,4	-4,9	2,5	0,4
Administração Pública	4,6	8,6	9,0	2,3	12,6	15,5	4,0	7,6	9,6
Valor Acrescentado Bruto	2,9	3,7	6,0	2,6	5,5	5,0	4,9	7,7	6,3
Subsídios	8,8	10,0	4,0	15,7	11,2	5,4	6,9	2,2	1,8
Produto Interno Bruto	3,7	4,5	5,7	4,4	6,3	5,0	5,1	6,9	5,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Nota: E – Estimativas.

Indicadores de Tendência da Atividade Económica

	2017	2018	2019	2018		2019			
				3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Indicadores de Confiança (v.c.s.)									
Indicador de Confiança dos Consumidores (s.r.e.)	9,5	12,5	16,5	11,0	14,0	16,0	18,0	16,0	16,0
Indicador de Clima Económico (índice 1990-2009 = 100)	9,5	11,5	11,8	12,0	13,0	9,0	11,0	12,0	15,0
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora (s.r.e.)	19,8	16,8	12,0	16,0	16,0	14,0	12,0	11,0	11,0
Indicador de Confiança na Construção (s.r.e.)	-30,8	-32,3	-23,5	-36,0	-29,0	-31,0	-29,0	-26,0	-8,0
Indicador de Confiança no Comércio em Feira (s.r.e.)	11,0	6,5	9,8	6,0	4,0	7,0	8,0	14,0	10,0
Indicador de Confiança no Com. em Estabelecimento (s.r.e.)	3,5	14,5	13,8	16,0	16,0	17,0	16,0	14,0	8,0
Indicador de Confiança no Turismo (s.r.e.)	22,8	20,5	17,0	25,0	17,0	9,0	23,0	15,0	21,0
Indicador de Confiança no Turismo Residencial (s.r.e.)	2,0	23,5		14,0	19,0	22,0	35,0		
Indicador de Confiança nos Transportes (s.r.e.)	7,8	17,0	31,5	23,0	26,0	22,0	34,0	36,0	34,0
Índice de Preços no Consumidor (em %)									
Taxa de variação homóloga				1,1	1,0	1,0	1,5	0,7	1,9
Taxa de variação média anual	0,8	1,3	1,1	1,0	1,3	1,2	1,3	1,2	1,1
Principais Agregados (t.v.h.)									
Bens	1,0	1,1	0,9	0,6	0,6	0,4	1,7	0,4	2,3
Energéticos	5,5	6,7	2,7	7,8	-0,6	6,4	2,6	-8,7	-1,1
Serviços	0,3	1,8	1,5	2,5	2,1	2,4	1,1	0,8	0,9
Agregados Especiais (t.v.h.)									
IPC, exc. Energia e Alimentares não transformados	0,7	0,3	0,7	0,1	0,5	0,4	0,8	1,6	1,7
IPC, exc. Educação, Saúde e Protecção social	0,7	1,0	1,0	0,8	1,0	1,0	1,6	0,6	1,9
Índice de Preços no Produtor - *Oferta Turística* (em %)									
Taxa de variação homóloga de Preços da Oferta Turística	0,8	-0,4	-6,6	1,5	-6,3	-5,8	-5,2	-10,9	-4,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Nota: A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor para os trimestres refere-se às taxas de variação homóloga de março, junho e setembro e dezembro; v.c.s. - valores corrigidos da sazonalidade; s.r.e. - saldo das respostas extremas; t.v.a. - taxa de variação anual; t.v.h. - taxa de variação homóloga; n.d. - não disponível.

3. Sector Externo

Balança de Pagamentos (em milhões de escudos)

	2017	2018	2019	2018		2019			
				3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Balança Corrente	**-13 577**	**-9 167**	**-460**	**-5 698**	**-449**	**2 967**	**-2 658**	**-2 060**	**1 290**
Bens e Serviços	**-37 277**	**-34 558**	**-28 276**	**-11 276**	**-8 591**	**-3 213**	**-7 817**	**-9 489**	**-7 758**
Bens	**-64 239**	**-64 148**	**-65 608**	**-16 929**	**-16 692**	**-13 495**	**-16 229**	**-17 400**	**-18 483**
Exportações	18 447	25 573	26 175	6 268	7 010	6 362	6 530	5 909	7 373
Importações	82 685	89 721	91 782	23 197	23 701	19 857	22 760	23 309	25 857
Serviços	**26 962**	**29 590**	**37 332**	**5 653**	**8 101**	**10 282**	**8 413**	**7 911**	**10 726**
Exportações	59 152	64 864	73 114	14 358	17 864	19 123	16 770	17 148	20 073
Transportes	9 024	11 074	15 211	2 758	2 907	2 652	3 971	4 210	4 379
Viagens	41 504	46 132	49 896	10 021	12 986	14 427	10 852	11 081	13 535
Importações	32 191	35 274	35 782	8 705	9 763	8 841	8 357	9 237	9 347
Rendimento Primário	**-5 972**	**-4 328**	**-4 175**	**-1 480**	**-1 008**	**-661**	**-1 875**	**-668**	**-971**
Rendimentos Investimento Direto	-2 817	-2 352	-2 407	-1 118	-653	-367	-1 131	-265	-644
Juros de Dívida Externa do Governo (excl. rend. TF)	-1 790	-1 822	-2 100	-493	-297	-480	-771	-526	-324
Juros de Dívida de Outros Sectores	-343	-449	-465	-71	-178	-68	-170	-63	-164
Rendimento AEL dos bancos	-1 904	-1 259	-1 013	-356	-263	-211	-172	-349	-282
Rendimento das RIL	239	405	518	115	119	122	137	125	134
Rendimento Secundário	**29 672**	**29 720**	**31 992**	**7 058**	**9 150**	**6 842**	**7 034**	**8 097**	**10 019**
Transferências oficiais	6 091	5 053	5 878	613	2 198	1 418	905	733	2 821
Remessas de migrantes	16 160	16 856	18 267	4 589	4 719	3 779	4 058	5 449	4 981
Remessas de emigrantes	19 199	19 839	21 306	5 321	5 424	4 467	4 827	6 208	5 805
Balança de Capital	**1 576**	**1 436**	**991**	**85**	**155**	**157**	**287**	**115**	**431**
Transferências oficiais	1 290	1 177	595	30	97	91	201	34	269
Transferências privadas	287	259	396	55	59	66	86	81	162
Balança Financeira (excluindo RIL)	**-9 114**	**-15 016**	**-15 580**	**-1 316**	**-4 117**	**1 245**	**-3 349**	**-7 319**	**-6 158**
Investimento Direto Estrangeiro	**-9 305**	**-8 635**	**-7 904**	**-1 730**	**-1 966**	**-2 697**	**-76**	**-3 024**	**-2 108**
IDE em Cabo Verde (participações+lucros reinvest.)	-11 728	-10 032	-9 853	-1 998	-2 189	-3 189	-268	-3 660	-2 736
Investimento Carteira	**5 171**	**4 646**	**278**	**-43**	**4 776**	**60**	**61**	**97**	**61**
Outros Investimentos	**-4 979**	**-11 027**	**-7 954**	**457**	**-6 927**	**3 882**	**-3 333**	**-4 392**	**-4 110**
Dívida Externa do Governo	-6 924	-3 560	-7 110	161	-3 351	505	-1 531	-3 816	-2 269
Dívida Externa de Outros Sectores	-2 719	534	96	167	289	169	254	174	-501
Ativos Externos Líquidos dos Bancos	4 299	-5 170	-428	984	-2 534	2 546	-839	-1 300	-835
Ativos de Reserva	**-1 192**	**921**	**16 116**	**-4 177**	**1 916**	**2 757**	**1 721**	**6 564**	**5 074**

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Dados provisórios.

4. Indicadores Monetários e Financeiros

	2017	2018	2019	2018		2019			
				Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Taxas de Câmbio do CVE (valores médios)									
USD	97,9	93,4	98,5	94,6	96,9	97,5	97,8	100,1	99,3
Libra	125,9	124,6	125,9	123,4	122,8	128,5	123,8	123,6	130,1
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal (2001=100)	103,0	103,5	102,9	103,4	103,1	103,0	103,0	102,8	102,8
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real (2001=100)	128,7	128,6	127,4	127,9	127,9	127,3	127,6	126,5	127,8
Taxas de Juro (em percentagem)									
Taxa de Absorção de Liquidez (média)	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
Taxa de Cedência de Liquidez (média)	4,50	4,50	3,96	4,50	4,50	4,50	3,00	3,00	3,00
Taxas de Juro de Crédito (média ponderada)									
91 a 180 dias	9,5	9,0	9,0	9,5	8,5	10,3	9,1	8,4	8,2
181 dias a 1 ano	7,4	8,2	8,5	10,3	8,6	8,9	7,7	9,0	11,1
Superior a 10 anos	8,7	8,5	8,3	8,5	8,4	8,4	8,3	8,1	8,2
Descoberto	16,5	16,3	16,0	16,0	16,2	15,9	16,2	14,8	15,0
Taxas de Juro de Depósitos de Residentes (média ponderada)									
31 a 90 dias	2,5	1,9	1,6	1,9	1,6	1,5	1,4	1,4	1,7
91 a 180 dias	2,6	2,2	1,7	2,3	1,7	1,9	1,5	1,5	1,8
181 dias a 1 ano	3,4	2,6	2,3	2,5	2,4	2,3	2,2	2,2	2,0
1 a 2 anos	3,7	3,0	2,9	3,0	2,9	2,8	2,7	2,8	2,8
Taxas de Juro de Depósitos de Emigrantes (média ponderada)									
31 a 90 dias	2,5	2,0	1,4	2,1	1,6	1,5	1,2	1,3	1,3
91 a 180 dias	2,7	2,3	1,9	2,6	2,1	1,9	1,8	1,8	1,8
181 dias a 1 ano	3,6	2,8	2,4	2,7	2,6	2,4	2,3	2,1	2,0
1 a 2 anos	3,7	2,9	2,8	2,8	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7
Taxas de Juro de Bilhetes de Tesouro (média ponderada)									
91 dias	0,7	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
182 dias	0,6	1,0	1,1	1,0	1,0	1,3	1,3	1,0	1,0
364 dias	3,6	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Agregados Monetários (variação homóloga, fim de período)									
Ativo Externo Líquido	2,3	-6,5	24,3	5,1	-6,5	3,3	4,1	19,3	24,8
Reservas Internacionais Líq. do Banco de Cabo Verde	-4,3	2,0	25,2	4,0	2,0	0,1	3,8	23,7	25,2
Ativo Interno Líquido	9,0	5,9	0,7	8,0	5,9	4,9	4,0	-0,7	0,5
M2	6,6	1,7	8,1	7,0	1,7	4,4	4,0	5,7	8,1
M1	17,9	5,1	11,8	17,0	5,1	10,7	3,1	6,6	11,8
Agregados de Crédito Bancário (variação homóloga, fim de período)									
Crédito Interno Líquido	6,3	2,9	-1,8	4,3	2,9	4,8	3,1	-4,8	-1,8
Crédito Líquido às Administrações Públicas	2,4	2,9	-21,5	4,9	2,9	6,2	9,7	-29,3	-21,4
Crédito à Economia	7,5	2,8	3,9	4,1	2,8	4,4	1,3	2,5	3,9
Empresas Públicas não Financeiras	28,2	25,5	4,2	42,2	25,5	27,0	6,6	2,9	4,2
Empresas Privadas, Mistas e Particulares	6,8	1,9	3,9	2,6	1,9	3,4	1,0	2,5	3,9

Fonte: Instituições Financeiras Monetárias, incluindo o Banco de Cabo Verde.

Nota: Índice de Câmbio Efetivo Nominal (TEN) está definido como média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais dos países parceiros da moeda doméstica relativamente à moeda. A Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculada deflacionando a TEN, utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros.

5. Finanças Públicas

(em milhões de escudos)

	2017	2018	2019	2019	
				t.v.h. em %	% execução
Receitas Totais	**49.388**	**51.857**	**57.389**	**10,7**	**90,2**
Receitas Correntes (excluindo Donativos)	**43.236**	**49.283**	**51.151**	**3,8**	**89,5**
Impostos	35.909	40.657	42.013	3,3	94,6
dos quais:					
Impostos s/ o Rendimento	11.297	12.253	12.674	3,4	92,2
Imposto s/ Valor Acrescentado - IVA	13.365	16.222	16.732	3,1	99,7
Impostos s/ o Consumo	1.938	1.963	2.192	11,7	79,6
Imp. s/ Transações Internacionais	7.224	7.733	8.011	3,6	94,6
Segurança Social	60	76	77	0,7	125,4
Transferências (donativos)	6.152	2.575	6.238	142,3	113,9
Outras Receitas	7.267	8.550	9.061	6,0	66,3
Despesas Correntes Totais	**45.253**	**48.587**	**53.343**	**9,8**	**87,3**
Despesas Correntes de funcionamento	**38.745**	**41.500**	**44.525**	**7,3**	**92,3**
dos quais:					
Despesas c/ Pessoal	18.595	19.425	20.595	6,0	89,7
Aquisição de Bens e Serviços	6.506	7.185	8.001	11,4	65,3
Juros da Dívida Externa	1.791	1.822	1.867	2,5	90,3
Juros da Dívida Interna	2.684	2.811	3.083	9,7	93,3
Subsídios	111	153	160	4,6	33,5
Transferências Correntes	5.879	6.283	6.015	-4,3	87,4
Beneficios Sociais	5.541	6.237	7.270	16,6	97,7
Outras Despesas Correntes	2.689	3.432	5.050	47,1	90,2
Valor a regularizar	1.410	1.144	1.260	10,1	0,0
Despesas correntes de investimento	**6.508**	**7.086**	**8.817**	**24,4**	**68,6**
Ativos não Financeiros	**9.496**	**8.140**	**7.631**	**-6,3**	**75,6**
Compra de Ativos	9.665	8.194	7.971	-2,7	71,8
dos quais: Programa de Investimento	9.505	7.917	7.643	-3,5	71,6
Venda de Ativos	168	54	339	527,4	34,1
Saldo global, incl. Donativos	**-5.361**	**-4.869**	**-3.585**	**26,4**	**83,0**
Saldo global primário, incl. Donativos	**-887**	**-236**	**1.365**	**678,2**	**112,6**
Financiamento	**6.464**	**3.336**	**3.533**	**5,9**	
Ativos Financeiros	-1.154	-1.903	-6.394	-235,9	
Passivos Financeiros	7.618	5.239	9.926	89,5	
Interno Líquido	1.410	2.517	1.381	-45,1	
Externo Líquido	6.208	2.723	7.110	161,2	

Fonte: Ministério das Finanças.